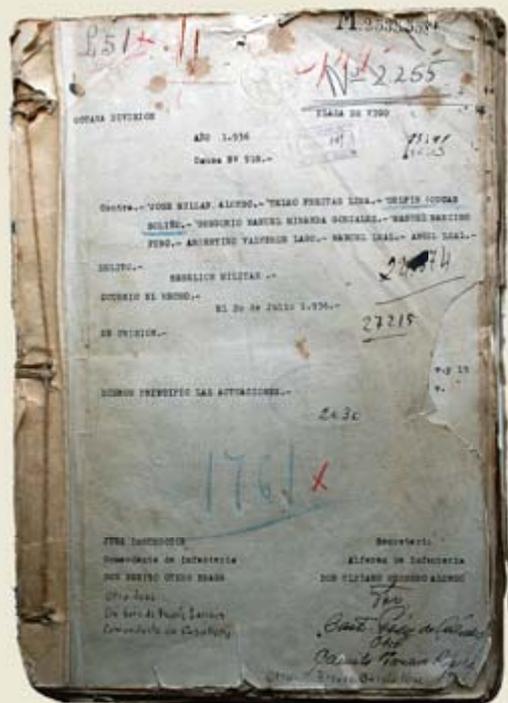


Guerra Civil de Espanha

A memória dos emigrantes portugueses mortos está a ser resgatada

Uma investigação em curso na Galiza descobriu os nomes de 56 emigrantes portugueses mortos pelos franquistas entre 1936 e 1939. É o primeiro passo de uma busca, que leva hoje a Ourense investigadores dos dois lados da fronteira



Capa da pronúncia militar contra Telmo Freitas Lima, fuzilado em Vigo (foto do Arquivo do Instituto de Estudos Miñoranos)

Maria José Oliveira

António Fernandes Guimarães, 37 anos, trabalhador da construção civil, fuzilado em Pamplona; Fernando Nunes da Costa, 42 anos, carpinteiro, fuzilado no cemitério de A Guarda; Manuel Prudêncio do Rosário, 33 anos, jornalista, morto pela Guarda Civil em San Xián; Maria Nogueira, 57 anos, “paseada” (fuzilada sem sentença) em Vilardevós; Manuel Solla Lemos, 23 anos, sapateiro, fuzilado no Quartel do Monte do Castro; Telmo Freitas Lima, 39 anos, trabalhador da construção civil, fuzilado nos muros do cemitério de Pereiró (Vigo); Ramiro, trabalhador ferroviário, “paseado” no Lombo do Barco (Portocamba).

Durante quase 80 anos estes e outros nomes foram cobertos por um manto espesso de silêncio. Não deixaram rasto nem memória, porque os regimes de Franco e de Salazar assim o quiseram. Muitos eram analfabetos, gente pobre que emigrou do Norte de Portugal para a Galiza, numa pequena vaga migratória ocorrida nos primeiros anos do século XX. Contavam-se também alguns exilados, poucos, que fugiam da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial, mais tarde do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e, finalmente, do Estado Novo.

Todos, num total de 56 homens e mulheres, foram mortos durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), vítimas da repressão franquista que perseguiu políticos, sindicalistas, anarquistas, republicanos. Ninguém sabe ainda ao certo quantos morreram durante a guerra civil e durante a ditadura de Franco. Na Galiza, esse trabalho de contabilidade e recuperação da memória está a ser feito pelo projecto Nomes e Voces, criado em 2006 pela Universidade de Santiago de Compostela (USC), que já conseguiu recolher documentação referente a quatro mil pessoas perseguidas e mortas pela ditadura. Foi neste acervo que os investigadores galegos descobriram os 56 emigrantes portugueses assassinados às mãos dos falangistas.

A descoberta dos 56 portugueses mortos durante a Guerra Civil Espanhola traduz apenas um “número mínimo”, nota ao PÚBLICO Dionísio Pereira da USC, para quem esta é uma “investigação pioneira”. Ainda há vários obstáculos que impedem uma investigação completa. Estão por pesquisar diversos arquivos, em Espanha e em Portugal; e a habitual castelhanização dos nomes dificulta o trabalho dos investigadores.

A colónia portuguesa radicada por toda a região galega remonta ao século XVII, mas a sua presença tornou-se mais evidente após o segundo quartel do século XIX.

Maioritariamente oriundos do Norte português, emigraram sobretudo por motivações económicas. Trabalharam como pedreiros, pescadores, lavradores, jornalistas, canteiros, carpinteiros, peixeiras. Muitos ajudaram a construir a linha de caminho-de-ferro entre Zamora e A Coruña. A sua integração nas comunidades locais, através da constituição de famílias luso-galegas, por exemplo, acabou por dissipar paulatinamente a presença destes emigrantes. Por isso, Dionísio Pereira chama-lhe uma “emigração silenciosa”, que “não deixou pegadas”. Com a consequência perversa de, durante os anos da guerra civil, esses emigrantes terem sido remetidos ao esquecimento.

Um esquecimento aprofundado durante os anos da ditadura e, já depois da transição para o regime democrático, ainda alimentado pelo medo. Na década de 80, quando percorreu muitas aldeias galegas para os seus trabalhos sobre a solidariedade galego-portuguesa nas zonas da raia, a antropóloga Paula Godinho deparou com muitos silêncios. “Nessa altura ainda era impossível falar com os galegos sobre o franquismo”, recorda ao PÚBLICO, salientando que “até há poucos anos [2005] quem presidia à Junta da Galiza era um ministro de Franco [Manuel Fraga Iribarne]”. “Todas as guerras civis deixam memórias muito difíceis de gerir”, acrescenta.

Muitos sindicalistas

Nos fundos documentais dos Conselhos de Guerra, em Ferrol, nos arquivos distritais e através de fontes orais, os investigadores do Nomes e Voces conseguiram descobrir que a maioria dos 56 emigrantes portugueses mortos entre 1936 e 1939 estavam integrados em sindicatos (sobretudo na UGT, ligada ao PSOE, e na CNT, dos anarcosindicalistas). Desta lista constam também combatentes dos exércitos populares republicanos, membros da Juventude Socialista Unificada e colaboradores do jornal anarquista *Solidaridad Obrera*.

“Eram pessoas com consciência social”, diz Dionísio Pereira, que foram mortas pelas tropas franquistas ou por aliados de Franco nas mais diversas circunstâncias.

Alguns foram fuzilados, como António Soler Monteiro, ferroviário de 47 anos, julgado em conselho de guerra por adesão à rebelião republicana e morto no Quartel de Monte do Crasto em Outubro de 1937, ou Augusto Alfonso González, 44 anos, trabalhador da construção civil, julgado por rebelião, condenado à morte e executado em Pontevedra. Outros foram “paseados”, como António da Costa Sousa, 43 anos, natural de Viana do Castelo, Artur Ferreira de Sousa, um carpinteiro de 33 anos, Luís Duarte Pedro-